

**Parecer das Demonstrações Contábeis do Exercício de 2021.**

Inicialmente analisaremos o **Balanco Orçamentário**. Anota-se um superávit na ordem de R\$ 620.740,16. Esse valor, segundo Notas Explicativas, é resultante de montantes previdenciários de 2020 recolhidos em 2021, aumentando a receita arrecada em comparação com a receita prevista. Já para o lado da despesa, identificamos que foi fixada na ordem de 47 milhões de reais, mas na execução totalizou-se 49.849.226,03.

Segundo as mesmas notas explicativas, esse aumento aconteceu pelas concessões de benefícios além das médias projetadas. Para o equilíbrio orçamentário, buscou-se recursos através de suplementação por superávit financeiro (R\$ 3.320.000,00) e da cobertura por insuficiência financeira realizada pelos órgãos correspondentes do Município.

Outro item importante foi a previsão de receita de valores mobiliários, estimada em R\$ 835.000,00. Conforme apurado no quadro das variações patrimoniais e condizente com o registro orçamentário, deu entrada apenas o valor de R\$ 59.070,07. Pela diferença, é a única receita que apresentou baixa entrada em comparação com sua estimativa.

Considerando sua característica, a de Receita Patrimonial, convém que no próximo exercício se faça melhor projeção desse cenário, considerando a baixa realização. Cenários macroeconômicos e de expectativas de receitas devem ser levadas com relevância, dado o cenário volátil que a economia mundial atravessa por consequência das instabilidades comerciais causadas pelos efeitos da COVID e os impactos

das altas desproporcionais das commodities gerando inflação e indefinição de futuro.

Por ser uma peça contábil de planejamento e que apresenta como resultado o a diferença para o executado, o ajuste dessa receita se faz necessário.

É necessário destacar que o FMAP investiu em material permanente o valor de R\$ 10.716,07, um pouco além da metade do orçamento. Por uma análise “in loco” nota-se uma estrutura organizada e dimensionada para o que se pede, e apresenta aquisições compatíveis ao observado.

No balanço patrimonial analisaremos a evolução do “permanente” e seus efeitos com depreciação. Segunda peça em apreciação, o **Balanco Financeiro**, ele demonstra a receita e despesa orçamentária, bem como os recebimentos e pagamentos extraorçamentários, somados aos saldos de exercícios anteriores e demonstra o que se passa ao exercício seguinte. Está evidente, também que os Restos a Pagar foram lançados na peça, para compensar o lado da despesa.

Nesta peça, além de evidenciar o saldo para o exercício futuro, que no caso é de R\$ 113.912.327,34, evidencia o total da despesa (aquela empenhada), dando base comparativa com o resultado apresentado no Balanço Orçamentário, somando-se os restos a pagar. Com relação ao título “Contas Diversas” do BF que tem como características como extraorçamentárias apontamos o valor de R\$ 23.603,34 em estoques que se deram como passagem pelas contas patrimoniais em exercício anterior, mas

que foram consumidos no exercício de 2021. Isso pode se relacionar com materiais, especialmente aqueles de consumo que ao invés de passarem pelas contas patrimoniais de estoque foram lançados como consumo imediato.

Há de se destacar, mas não apontar como problema ou falha. Como o Balanço Financeiro modelo Audesp tem inclusão de contas diversas para seu resultado, olhamos esse demonstrativo acessório para fins de verificação. Aproveitando o assunto financeiro, onde se analisa o fluxo das entradas e das saídas financeiras, passaremos à Demonstração **Fluxo de Caixa**. Essa peça contábil tem por uma das especialidades demonstrar a capacidade de financiamento público do objeto, no caso a manutenção das atividades do FMAP.

Para isso evidencia, segundo melhor julgamento, as fontes de geração de caixa, os itens que se dispõem a consumir essas fontes e saldo do caixa na data de 31/12/2021. Então concluímos que a principal entrada decorre da Receita derivadas e originárias e a principal despesa concentra-se no pagamento de pessoal, principal objeto do FMAP. Observa-se também a despesa com material permanente igualmente aos valores registrados em outras peças contábeis e o saldo inicial de R\$ 104.949.497,70 e o final de R\$ 113.912.327,34.

Esse aumento foi em decorrência de aplicações superiores aos regates e de rendimentos frutos de aplicações financeiras, itens que serão analisados em item próprio. Portanto, hoje o FMAP apresenta quase R\$ 114 milhões de reais para suportar suas atividades. Esse valor comparado a um estudo atuarial dará uma compreensão de quanto tempo haverá liquidez suficiente para a manutenção do FMAP. A partir de agora, entenderemos alguns pontos anotados do Balanço Patrimonial, em conjunto

com as Variações Patrimoniais Quantitativas. Inicialmente, o Balanço Patrimonial é composto pelo Ativo (Bens e Direitos da entidade em ordem de liquidez), Passivo (Deveres em ordem de liquidez) e Patrimônio Líquido (Resíduo depois de deduzido o passivo do ativo).

Nessa peça consegue extrair informações importantes da quantidade e da qualidade da situação patrimonial, sendo dados importantes para a formulações de estratégias táticas e operações desde o longo atingindo também o curto prazo. De acordo com a Lei federal 4.320/64, estruturamos o Balanço Patrimonial em Ativo e Passivo Financeiro; Ativo e Passivo Permanente; Saldo Patrimonial e as Contas de Compensação (Contas que podem afetar o patrimônio). Revisado os conceitos, no Ativo Financeiro ou Ativo Circulante, temos os valores de R\$ 113.912.327,34 alocados em caixa e aplicações financeiras.

Partindo para uma menor liquidez encontramos o valor de R\$ 28.005.030,45 que são direitos a receber da Prefeitura Municipal advindas de parcelamentos de créditos previdenciários. De acordo com a Nota explicativa o saldo principal encontra-se em R\$ 12.609.859,84 e o montante de juros previsto no total de R\$ 15.395.170,61. Após alguns questionamentos realizados a respeito do montante com juros e correção previstos, anotou-se que os empréstimos com a prefeitura municipal são pagos com guias emitidas de sistema do CADPREV reduzindo os riscos de pagamentos errôneos. Para tanto, foi emitida Ordem de Serviço na data de 18/05/2021 para que os parcelamentos sejam pagos com guias emitidas pelo CADPREV.

Sobre os Imobilizados saíram de 2020 de R\$ 65.919,12 para R\$ 71.426,42, uma evolução de R\$ 5.507,30. Como houve um investimento na ordem de mais de dez mil reais, esses valores foram diminuídos por causa da depreciação. Com valor de R\$ 13.314,84, esse

valor deve ser considerado na manutenção e conservação dos equipamentos. A manutenção do Imobilizado é importante para que a depreciação não altere substancialmente os resultados patrimoniais. D

os Passivos escritos, segundo Notas Explicativas, são correspondentes a obrigações de curto prazo que devem o recolhimento conforme especificado no citado documento.

Já as provisões constituem valores do cálculo atuarial e estão na conta “Provisões a Longo Prazo” R\$ 141.285.358,66. Analisando em conjunto com as Variações Patrimoniais, verificou-se déficit econômico de R\$ 16.387.040,76 resultante das atualizações das provisões matemáticas previdenciárias.

Para a verificação desse aumento, apontamos nas seguintes contas o seguinte resultado: Reversão de provisão e Ajustes de Perdas: 247.723.233,41 (-) Constituição de Provisões R\$ 267.744.610,54 = 20.021.387,13. Por isso que R\$ 285.596,09 é um passivo real a descoberto. Por último analisaremos o relatório Analítico do Investimentos, referente ao 4º Bimestre de 2021. Na página 14, há um panorama do fluxo de caixa demonstrando o saldo inicial (R\$ 104.949.497,70) + R\$ 70.663.926,80 (Aplicações) (-) R\$ 62.868.159,95 (Resgastes) resultando num aumento de capital no valor de R\$ 7.795.766,85. Somando-se os rendimentos de aplicados (Renda Fixa, Renda variável e Aplicações no Exterior) no valor de R\$ 1.167.062,79 totalizou a disponibilidade de R\$ 113.912.327,34.

As aplicações em renda variável foram os que mais impactaram negativamente na rentabilidade, em que pese a exposição ser inferior à renda fixa. Já as aplicações no exterior desvincularam-se do resultado da renda variável brasileira e tiveram uma performance diferente. Da mesma página, a Meta de 16,29% o rendimento ficou em 1,0% não

atingindo o desejado e o propósito inicial. Diante desse cenário de incertezas, convêm cortar os maus resultados, pensando no princípio do custo de oportunidade. Diante desses fatores, as demonstrações contábeis expõem conformidade com fatos e atos administrativos do exercício de 2021. Em razão da referida conformidade das demonstrações contábeis, este Conselho Fiscal expede-se o referido parecer e que segue para análise em reunião a ser realizada no dia 11/05/2022 para votação das demonstrações contábeis do exercício de 2021. É este o Parecer. Itapira, aos 10 de maio de 2022.

André Augusto Cavenaghi – Presidente do Conselho Fiscal

Ednúbia Brito de Sousa – Relatora do Conselho Fiscal

Rhandara de Mello Fernandes – Membro do Conselho Fiscal